



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO
RELATOR -, CESAR SANTOLIM, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Fls. 001297

Rubr.

TRIBUNAL DE CONTAS
PROTOCOLO
12346
01 FEV. 2012
ENTREGA: <input checked="" type="checkbox"/> EM MÃOS
<input type="checkbox"/> CORREIO
ASSINATURA

PROCESSO Nº 1192-0200/10-4

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010

EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA/RS

CESAR TADEU PAIER, Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita/RS, por seu procurador infra-assinado, vem à presença de Vossa Excelência, requerer se digne em receber os presentes documentos, determinando a sua juntada nos autos do processo epigrafado, para fins de serem considerados quando do respectivo julgamento.

Do cabimento da Juntada de Documentos:

A juntada de documentos após a apresentação dos Esclarecimentos é possível conforme o artigo 48, § 3º do Regimento Interno que prevê a possibilidade de juntada de documentos até o final de instrução, nos seguintes termos:

Art. 48 - Compete ao Conselheiro Relator:

(...)

§ 3º - O Relator, a pedido da parte interessada, poderá determinar a juntada de documentos ao processo com a defesa ou esclarecimento e na interposição de recurso, vedada a juntada após o encerramento da instrução, pela emissão do parecer do Ministério Público.

A única vedação seria o “encerramento da instrução, pela emissão do parecer do Ministério Público”; todavia, trata-se, aqui, do necessário conhecimento dos documentos juntados, a fim de que não haja equívocos na decisão a ser proferida, considerando que as medidas administrativas visando ao ressarcimento ao erário estão sendo processadas pela atual administração.

Até mesmo para que não se cometam injustiças, ao declarar, eventualmente, a exigência de devolução de valores, configurando, aí sim, enriquecimento ilícito do Município, em face de eventual consideração de manutenção dos débitos suscitados. Cumpre, pois, o deferimento e a consideração dos documentos ao tempo do julgamento do exercício sob comento.

Ainda, a Lei Maior prevê a possibilidade de ampla defesa, como no caso, a juntada de documentos para melhor esclarecimento da matéria, em seu inciso LV, artigo 5º:

LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes.

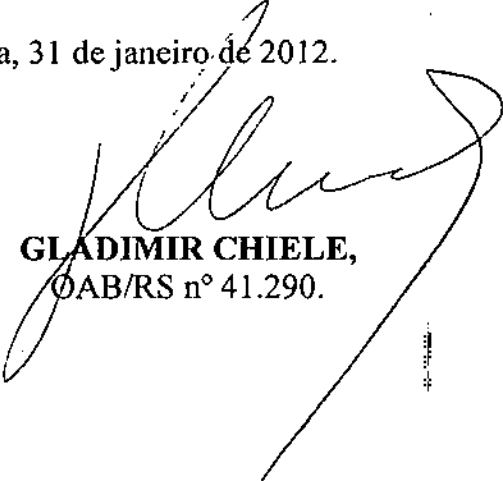
Nesse sentido, a boa-fé do Gestor, em demonstrar que não houve qualquer dilapidação do patrimônio público, bem como que todas as relações mantidas com a Municipalidade se encontram transparentes e sancionadas em busca do interesse público, configuradas, pois, a finalidade pública para as quais se destinou recursos financeiros.

Não é outro o motivo, senão a ampla defesa, aqui reclamada, devendo ser considerada, efetivamente, correta a gestão do ora Requerente.

Seguem, portanto, documentos relativos aos itens "2.2 - Contratação de Assessorias em Sobreposição de Funções", "2.3.2. SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE", "3. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS - 3.1. Ausência de Procedimento Licitatório - 3.1.1. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS/3.1.2. MATERIAIS DE LIMPEZA" e "5.1. Falta de cadastro de obras no Sistema SISCOP do TCE/RS", evidenciando a boa gestão do Administrador, renovando o pedido de emissão de parecer favorável às suas contas.

Termos em que pede deferimento.

Barra do Guarita, 31 de janeiro de 2012.


GLADIMIR CHIELE,
OAB/RS nº 41.290.